

ANO 42-1, 2008

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



revista portuguesa de
pedagogia

Identidade narrativa e plasticidade cerebral: algumas propostas pedagógicas

Antonio Bernal Guerrero¹ & Teresa Paula Nico Rego Gonçalves²

Os novos recursos da sociedade da informação, juntamente com os novos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e sobre o funcionamento do cérebro, oferecem uma nova perspectiva sobre os processos de construção da identidade e abrem novas possibilidades ao sujeito no seu processo de autoformação e autodeterminação. A construção narrativa da identidade e a plasticidade neuronal remetem para uma antropologia da complexidade que deve ter em consideração tanto as condições de risco, de incerteza e de racionalidade incompleta através das quais se vai configurando a identidade do sujeito, como as novas possibilidades de realização pessoal que estas representam. Por isso, apresentamos algumas propostas pedagógicas que poderão coadjuvar a realização das promessas da plasticidade e da narratividade.

Identidade narrativa e plasticidade cerebral: algumas propostas pedagógicas

Nas últimas décadas, no campo das ciências cognitivas têm surgido novas formulações da identidade e seus mecanismos, as quais abrem novas possibilidades de reflexão sobre o estatuto do sujeito. Paralelamente, a sociedade da informação põe actualmente à disposição desse mesmo sujeito novos meios e mecanismos para a construção da sua identidade. As perspectivas emergentes sobre a identidade e a plasticidade do ser humano têm necessariamente consequências ao nível da teoria da educação, uma vez que abrem novas possibilidades à tarefa educativa ao mesmo tempo que contribuem para uma reflexão sobre o sujeito da educação.

Empreender uma análise sobre os novos mecanismos de construção da identidade e sobre o complexo e mutável panorama das ciências cognitivas, no qual a chamada «revolução cognitiva» tem operado algumas mudanças importantes na concepção

1 Departamento de Teoría y Historia de la Educación y Pedagogía Social, Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Sevilla, C/ Camilo José Cela s/n, 41018 Sevilla. Email: abernal@us.es

2 Departamento de Teoría e Historia de la Educación y Pedagogía Social, Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Sevilla, C/ Camilo José Cela s/n, 41018 Sevilla. Email: tiri.nico@gmail.com

do homem e dos seus processos evolutivos e de desenvolvimento, implica, por um lado, aceitar que a identidade ocupa um lugar central na tarefa educativa na medida em que esta se ocupa da formação dos sujeitos na sua totalidade, nas suas distintas dimensões – pessoal, social, cultural, ética, estética, política –; e, por outro, compreender em que consiste a identidade na sua complexa configuração. Por isso, começamos pelo que podemos designar como a nova ideia de sujeito emergente do contexto em que nos situamos, para em seguida analisarmos as implicações educativas desta nova concepção, apresentando algumas perspectivas que podem permitir desenvolver as novas possibilidades oferecidas pelas diferentes formulações.

1. Novas Formulações do Sujeito e da Identidade

Entre a formulação moderna do sujeito como identidade substancial, una e linear, do sujeito racional, consciente, autónomo como actor do projecto moderno (e crítico) de emancipação e libertação, e a perspectiva do sujeito fragmentado e fragmentário da pós-modernidade, segundo a qual “o sujeito se torna uma dimensão do questionável e de uma «resignificação e questionamento constantes» e não uma fundação da pesquisa tomada como inquestionável” (Popkewitz, 1994: 199), situamo-nos numa perspectiva segundo a qual (re)situar a questão do sujeito é uma exigência do nosso tempo, que se manifesta em distintos domínios do panorama científico, político e social actual. A reivindicação da sua individualidade por distintos grupos, o direito à diferença e a configuração de novas formas de viver e conviver, os processos de autodeterminação e as exigências de reconhecimento por distintas colectividades são demonstrativos de que a ideia de sujeito volta a emergir com força nas nossas sociedades (Sanfélix, 1997), reconfigurando, ao mesmo tempo, junto com algumas investigações científicas e teorias filosóficas a própria ideia do sujeito. No seu conjunto estes fenómenos parecem indicar que, “mais do que instância substancial e dotada de uma identidade sem quebra, o sujeito é âmbito para a experimentação e a diferença, desde as quais unicamente cabe construir de alguma forma a própria identidade; em vez de fundamento absoluto de todo o conhecimento e acção, a identidade é, antes, ponto de chegada.” (Bernal, 2005: 103).

O sujeito a que nos referimos é simultaneamente um sujeito multidimensional e dotado de narratividade. Quanto à sua multidimensionalidade falamos de um sujeito neuronal, caracterizado pela sua plasticidade, pela sua liberdade, pela sua condição de criador de si mesmo, autor do seu «eu». O que o torna simultaneamente criador e destrutor da(s) forma(s), das suas diferentes formas de ser e vir a ser. Um sujeito social, actor que interactua com os demais numa comunicação

estruturada e estruturante. Sujeito natural e sujeito social, sendo que não são dois mas o mesmo sujeito. Sujeito simultaneamente corporal e mental, racional e emocional. Sujeito ou sujeitos, na medida em que cada «eu» consciente é irrepitível, um todo, uma rede de sensações, pensamentos, de experiências e de ações, que existe na complexidade de um cérebro, mas que não se esgota nele. Lugar de tensões, de conflitos, de contradições a partir das quais se constrói uma identidade, que não é uma mas múltipla, que não é estável mas sim dinâmica, que se constrói e reconstrói nos bons e maus encontros, que se conta e reconta a si mesmo através da sua história e que, nesse sentido, é dotado de uma identidade narrativa.

Não se pode pensar a cultura nem os aspectos sociais que enquadram a existência humana sem pensar um sujeito, da mesma forma que não se pode pensar o todo orgânico que representa o organismo sem pensar um «eu», uma consciência que lhe esteja subjacente. O sujeito relaciona-se com os aspectos culturais e sociais a partir do seu organismo, das possibilidades que a sua dimensão biológica lhe oferece desde o início. Ele representa uma realidade e, através dessa representação, converte-se em subjectividade, em individualidade, ele mesmo uma realidade livre, autónoma, única e irrepitível, uma realidade complexa, ambígua e dinâmica que necessita ser pensada como tal.

Quanto à narratividade, podemos dizer que ela nos situa entre o conceito moderno e o conceito pós-moderno de identidade, uma vez que sintetiza em si a ideia moderna do sujeito como algo permanente e inalterado no decurso da vida e a ideia pós-moderna que reflecte um conjunto de si mesmos múltiplos e mutáveis de acordo com as situações que vai vivendo o indivíduo. O conceito de narratividade introduz-nos simultaneamente na descontinuidade e na permanência que todos experimentamos, isto é, introduz-nos na temporalidade que estrutura a experiência vital (Husserl, 2002) que nos relaciona com o que muda e com o que se mantém, a continuidade, no espaço e no tempo, que dá coerência e sentido à nossa conduta.

Falamos, então, de um sujeito orgânico e temporal, o sujeito da plasticidade e da narratividade. Começaremos por analisar o primeiro para depois nos determos sobre o segundo aspecto, tentando tematizar os fenómenos de liberdade ou a abertura de possibilidades que supõe a nossa reconceptualização.

1.1 Da biologia à liberdade

O campo das ciências cognitivas oferece hoje um panorama sobre a cognição e o desenvolvimento humano que põe em questão os modelos formais da cognição, para, com a ajuda das neurociências cognitivas, centrar-se nos modelos baseados

no funcionamento do cérebro e nos processos físicos que determinam e possibilitam o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos. Neste sentido as neurociências cognitivas têm sido de central importância na configuração de novas perspectivas sobre o sujeito e seu desenvolvimento a partir do funcionamento do cérebro como sede da cognição e, enquanto tal, da identidade. Longe da perspectiva do cérebro-máquina que caracterizou os modelos cognitivos anteriores – modelo simbólico e modelo conexionista – consolida-se a ideia do cérebro plástico fundada na plasticidade neuronal que caracteriza o desenvolvimento humano. O cérebro é um órgão plástico que se constrói e reconstrói a partir das experiências do indivíduo, do viver do organismo, da sua história.

No quadro da nova preocupação com a dimensão física dos processos cognitivos, a biologia torna-se relevante em termos da aprendizagem e da cognição, tanto porque os mecanismos fisiológicos influenciam a aprendizagem e os processos cognitivos, como porque o sistema nervoso, tanto dos animais como do homem, é produto de um processo evolutivo que importa conhecer para compreender melhor o seu funcionamento actual (Leahey & Harris, 1998). Ao mesmo tempo, a forma como o desenvolvimento do cérebro é afectado pelo meio social e pelas experiências individuais torna patente que o homem é não só produto, como também produtor do seu próprio cérebro, o que, para além de permitir superar a separação mente-corpo, abre também um espaço de liberdade onde se joga a construção do «eu», do sujeito (Malabou, 2004). Como afirma Pizarro (2003: 154):

“Ao contrário dos computadores, e de acordo com a sua natureza biológica, o cérebro comporta-se como matéria viva que é: muda a sua estrutura e as suas funções segundo a idade, a aprendizagem, a patologia, o uso. E de acordo com o citado paradigma neurofisiológico, a plasticidade refere-se não só às mudanças celulares do órgão mas também à produção, modificação ou recuperação da conduta ou cognição perdidas.”

A plasticidade cerebral designa a abertura contínua do nosso cérebro às influências do meio, a poder ser modificado por elas durante toda a vida, ou a modificar-se através delas, ou mesmo apesar delas. Em neurociências a plasticidade é entendida como a capacidade que têm os neurónios para reorganizar as suas conexões sinápticas em resposta a um estímulo, seja ele interno ou externo, e essa modificação pode ser duradoura. O cérebro humano, por um lado, quanto à sua estrutura, está determinado geneticamente, por outro, é modelado pela experiência³. A relação

³ De acordo com Beatriz Pizarro (2003) as influências do meio modelam o cérebro alterando a intensidade das conexões sinápticas de distintas formas: a) podem reforçar, debilitar ou eliminar as sinap-

genética-meio é preponderante no desenvolvimento do cérebro, e o papel das experiências proporcionadas pelo meio na construção do cérebro é mais determinante do que o que se pensava até agora. O meio social pode modificar geneticamente o cérebro e, mais do que isso, pode fazê-lo de uma forma determinante. Podemos destacar duas consequências desta constatação: por um lado, o desenvolvimento neuronal é fruto de uma conjugação entre factores genéticos e epigenéticos, o que torna o sujeito simultaneamente, produto e produtor do seu cérebro; por outro lado, nessa construção, o papel da educação e do treino – o que alguns autores designam como estimulação sináptica – é preponderante. O sistema nervoso é um sistema complexo, com diferentes componentes responsáveis pela memória, a linguagem, as emoções, a percepção, a fantasia e a criatividade, e tem também uma história, um percurso de desenvolvimento no qual se vai construindo um «eu», um sujeito, uma consciência e, no seu conjunto, diferentes cérebros formam uma sociedade.

De acordo com a nova perspectiva sobre o cérebro este aparece como sede material da subjectivação, da qual surge uma consciência que, no entanto, o transcende: *“(...) sem cérebro não há consciência, mas a consciência não é o cérebro”* (Pizarro, 2003: 55). A consciência resulta do funcionamento adequado de todo o sistema nervoso central e também do corpo, mas não se reduz a eles. A consciência é sempre consciência de um sujeito, emerge de uma experiência mental subjectiva, de um sujeito autor de si mesmo, que se apropria intencionalmente do mundo real. Não se pretende reduzir o psiquismo humano a uma conjugação de processos mecânicos, bioeléctricos e bioquímicos e a relações sócio-culturais com o ambiente. Trata-se de tentar compreender, a partir da complexidade do funcionamento cerebral e da sua plasticidade, os factores que determinam o pensamento, a aprendizagem e a evolução dos indivíduos, ao mesmo tempo que possibilitam a constituição, exercício e manifestação da sua liberdade e individualidade. A nova ideia do cérebro como sede da cognição, da consciência e da personalidade representa também a necessidade de uma nova perspectiva sobre os factores que influenciam os processos cognitivos e as suas diferentes dimensões. Pensar a relação cérebro-corpo, a

ses formadas por uma informação codificada geneticamente desde o início; b) podem formar-se novas sinapses como resposta à experiência; c) podem produzir-se aumentos temporais de conexões entre os neurónios, no caso da memória a curto prazo ou de trabalho; d) as substâncias tóxicas e as experiências que causaram stress ou distração mental, podem levar à eliminação das sinapses. No campo das conexões sinápticas, os axões e as dendrites sofrem modificações morfológicas e fisiológicas em função da relação que estabelecem com o meio e com as células que lhes estão próximas. Da sua contínua estimulação depende a sua sobrevivência. Estas conexões podem ser permanentemente alteradas e fortalecidas por uma regulação da expressão genética ligada à aprendizagem ambiental, numa relação estreita entre processos sociais e biológicos na formação da conduta.

relação entre pensamento e emoções, o papel da memória e da linguagem, implica pensar a cognição desde a sua multidimensionalidade. Para além disso, implica pensar os mecanismos de construção da identidade, a partir das opções de cada sujeito em diferentes momentos e situações da sua vida.

Tanto o material genético como o cultural, juntamente com as decisões pessoais dos indivíduos, conjugam-se na construção da identidade pessoal e na própria modificação genética e cultural que o sujeito pode efectuar dentro das suas diferentes limitações. A condição humana é simultaneamente a da multidimensionalidade e a da possibilidade. Por isso o que habitualmente designamos como «carácter» não é uma propriedade estática do sujeito, é antes um princípio dinâmico, gérmen de possibilidades. A eleição e concretização dessas possibilidades implicam a passagem à acção, converter a potência em realidade, o contingente em factual. Esse passo marca a conversão do sujeito em autor da sua própria biografia, em agente autónomo, construtor da sua identidade, ainda que sujeito aos condicionamentos da sua própria existência. Nesta medida poderíamos dizer que a personalidade, em sentido holístico, é aquilo que somos, mas também aquilo que podemos ser, enquanto que a identidade pessoal é uma parte da personalidade: aquela parte que podemos escolher, eleger, que podemos decidir com as nossas possibilidades e limitações individuais e situacionais, por nós mesmos, o que Marina (2004) designa como «personalidade» eleita. Este entendimento da personalidade enquanto personalidade escolhida implica a temporalidade na medida em que supõe uma relação com o passado, uma relação com o factual, o presente e uma abertura *ao que quero e posso ser*, implica o equilíbrio ou a ruptura entre o passado e o futuro, entre o *que sou e aquilo em que me quero transformar*. O cérebro torna-se destino, no sentido em que cada pessoa escolhe sem que seja determinada por condicionamentos genéticos ou biológicos. O homem tem a capacidade de mudar o próprio substrato neuronal do seu pensamento. As redes neuronais desenvolvem determinadas e diferentes conexões a partir de decisões pessoais de cada sujeito. Aqui reside o espaço da liberdade humana.

1.2 Autodeterminação, plasticidade e narratividade

A plasticidade neuronal instaura um horizonte de liberdade que, no entanto, deve ser pensado em relação com as condições de existência dos sujeitos e ser enquadrado no âmbito mais vasto do devir humano nas suas distintas dimensões – éticas, estéticas, sociais e políticas –, portanto, para além da própria cognição. Como afirma Maturana (2003: 44):

“A genética, (...) funda um espaço de possibilidades, mas o que realiza? Depende da história do viver do organismo. Por isso é que o viver não está geneticamente determinado. A genética especifica um espaço de possibilidades gigantesco. E é gigantesco se todos podemos ser bandidos, anjos, santos, presidente da república, ministros, médicos, professores, segundo seja o nosso desejo: enquanto crianças.”

A plasticidade é uma qualidade dos cérebros que não é boa nem má em si mesma, por isso, depende da forma como for utilizada e orientada. Daí a necessidade de enquadrar a plasticidade neuronal com a forma como os sujeitos estruturam a sua vida, como interagem socialmente e como pensam sobre o seu potencial e sobre os possíveis mundos e formas de viver, como organizam e concretizam as suas possibilidades. A própria necessidade de organização, estruturação da vida humana, aponta para a necessidade que os indivíduos têm de dotar de sentido as suas acções, o seu viver, de enquadrá-las numa narrativa que lhes dê coerência e significado. Configurando e relacionando as diferentes possibilidades apelando a diferentes situações e possíveis formas de ser, ou «selves possíveis» (si mesmos possíveis) (Markus & Ruvolo, 1989), que são diferentes narrativas das suas possíveis formas de ser ou chegar a ser, que permitem projectar situações futuras, ou configurações futuras de si mesmo, apelando tanto a factores cognitivos, como afectivos e interpretativos das estruturas do «eu» (Bruner, 1991).

Não sendo uma mera possibilidade genética, nem estando apenas ligada à dimensão neuronal, a plasticidade é a condição mesma de possibilidade da narratividade da existência humana, uma vez que permite configurar a existência de fenómenos de liberdade possível no sujeito (Fierro, 2002). Não é um mero reflexo de determinismos biológicos ou sociais, temperamentais ou situacionais, antes responde a uma elaboração própria, que reflecte a existência de um espaço de construção autónoma, no qual o sujeito se conta e reconta a si mesmo através da sua história e da projecção do seu porvir, numa mistura de realidade e desejo, de actualidade e de possibilidade, de presente e de futuro⁴. A personalidade escolhida, a que podemos

4 A estreita conexão entre plasticidade e narratividade na construção da identidade pessoal, entendida como personalidade escolhida, pode ser definida a partir da distinção que faz Malabou (2004) entre plasticidade e flexibilidade. A primeira constitui uma instância criadora e libertadora do sujeito, do seu pensar e agir, do seu processo de construção autónoma de si mesmo; e a segunda, constitui-se como elemento de dominação, de passividade e docilidade que apela à submissão e constante adaptação a uma ordem económica, social e política estabelecida, que pode converter-se em darwinismo mental e psicológico com vista a alcançar uma determinada ideia de eficácia. Confundir plasticidade com flexibilidade pode, então, constituir uma perversão da própria ideia de plasticidade, impossibilitando toda a construção narrativa da identidade e anulando as possibilidades emancipadoras que esta representa desde o início para o sujeito.

eleger, dentro dos limites da acção humana, enfatiza a abertura de possibilidades do sujeito e é escolhida na medida em que permite a eleição de uns valores ou outros, de uns ideais ou outros, de umas condutas ou outras – essa personalidade dinâmica e fluida que nos vai definindo paulatinamente através das nossas acções, pensamentos e sentimentos. O valor da identidade é directamente proporcional à qualidade dos recursos disponíveis que possua o sujeito, isto é, da qualidade daqueles critérios humanizadores com os quais o sujeito elabora os seus processos identitários. A identidade consiste numa construção narrativa pessoal, através da qual vamos construindo o nosso próprio mundo e, com ele, reconfigurando a nossa própria vida, que é, além do mais, simultaneamente contingente e precária, situa-se entre o ideal e o real, entre o que não chegámos a ser e o que somos.

A plasticidade oferece uma dimensão de abertura, um leque de possibilidades que permite pensar o sujeito em múltiplos âmbitos e níveis, na complexidade, indeterminação e incerteza nas quais se dá a construção do sujeito e a partir das quais é necessário reconceptualizá-lo. “A plasticidade, longe de produzir o reflexo do mundo, é a forma de outro mundo possível” (Malabou, 2004: 161).

Para além disso, ela oferece a possibilidade de superar a separação que tem caracterizado a cultura ocidental entre sujeito epistémico e sujeito empírico (Nunes, 2002), que se reflecte no campo cultural e educativo, por exemplo, na separação entre humanidades e ciências, entre ciências naturais e ciências humanas (Morin, 2001). Pensar o sujeito na sua multidimensionalidade, na sua problematicidade no que diz respeito à construção da sua subjectividade e à sua interacção com os demais, com a cultura e com a sociedade é um imperativo cultural, social e, conseqüentemente, educativo. Este sujeito, como afirma Rosa Nunes (2002: 84) não é “nem o sujeito universal, nem o sujeito singular”, nem o sujeito individual, nem o sujeito colectivo, mas o que está *entre*. A categoria «sujeito» é o que dá unidade a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades, de dimensões. Toda a identidade é problemática, contraditória, conflituosa. O sujeito é o resultado da resiliência⁵, nasce de uma contradição originária, dialéctica, resulta do conflito entre o neuronal e o mental. A formação mental resulta do encontro contraditório entre natureza e história, entre a formação histórico-cultural de si e a economia natural e primeira dessa contradição. Como afirma Malabou (2004: 156), “a formação de toda a identidade é uma forma de resiliência, isto é, de construção contraditória, síntese de memória e esquecimento, de constituição e apagamento de formas”. A resiliência é a capa-

5 A resiliência é a capacidade que tem o cérebro de ultrapassar obstáculos, de superar traumas, de sobreviver e reconstruir-se na adversidade.

cidade de recuperação frente à adversidade. É uma capacidade essencialmente humana e universal que envolve o ser humano na sua totalidade e que se funda na capacidade que tem o sujeito para afrontar as diferentes situações da vida, sendo determinante na constituição de si. É uma qualidade activa e criadora do sujeito que progressivamente o ajuda a transformar a natureza em liberdade, é um processo psíquico de construção ou reconstrução e reconfiguração de si que se desenvolve simultaneamente contra a ameaça de destruição e com ela. É, em suma, a sua capacidade narrativa, de significar-se e resignificar-se como sujeito. A questão do sujeito remete, então, para uma realidade complexa, entendida tanto como subjectividade, como realidade objectiva, um si mesmo na sua referência ao mundo exterior. Por isso, importa pensar como o sujeito se torna singularidade pessoal a partir de uma existência corporal e segundo as regras e leis de uma cultura, numa construção histórica que constitui o processo de subjectivação.

Tendo em conta que a sociedade da informação oferece ao sujeito novas formas de relacionar-se com os demais, novos meios de comunicar e, portanto, novos instrumentos de construção da sua identidade, há que pensar de que forma o sujeito utiliza essas novas possibilidades na construção de narrativas identitárias, como podem essas possibilidades ser utilizadas para aumentar a sua resiliência, para construir novos significados e refazer a identidade pessoal. O sujeito pode inventar novas e diversas formas de dizer-se e de apresentar-se aos demais, novas formas de falar de si mesmo e de mostrar-se aos outros, pode criar novas e distintas narrativas de si mesmo, pode afrontar as situações de formas diversas das que dispunha até então, com tudo o que esse novo panorama pode ter de positivo e negativo. Porque, se é verdade que nos encontramos com mais possibilidades que nunca para construir a própria identidade, aumentadas graças aos novos ambientes de aprendizagem que surgem com a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), ao mesmo tempo, jamais existiu tanta exigência ao sujeito. Esta possibilidade actual, esta margem de acção, a maior liberdade de que hoje se dispõe, pode provocar medo, paralisação no processo de criação que exige a dinâmica identitária da vida, e, como reacção contrária, o sujeito pode tratar de agarrar-se àquelas identidades «seguras», monolíticas, políticas, religiosas, culturais, que se lhe oferecem no mundo próximo ou distante, já que a eclosão de ansiedades e temores tem lugar dentro do imaginário social. Recentemente, Savater (2004) denunciou o perigo do desejo de renunciar à liberdade, de buscar a quem nos alivie dessa pesada carga. Paradoxalmente, dado o aumento de possibilidade de acção humana, a sociedade contemporânea dificulta seriamente a busca da identidade, uma busca que cada

vez se sente com mais premência. Em todo o caso, um processo que não estará isento de incerteza, uma vez que não há receitas para a liberdade.

O uso das novas tecnologias no âmbito educativo está estreitamente relacionado com os processos configuradores da identidade pessoal, mas este uso implica uma perspectiva pedagógica nova, afastada de todo do enfoque instrutivista que ainda hoje parece predominar na utilização formativa das TIC's. As propostas educativas, neste sentido, terão que enfatizar a simulação, a criação e a interação. Trata-se de potenciar os processos de aprendizagem, de produção e de expressão. As crianças e os jovens terão de formar-se para desenvolver a sua actividade em marcos tecnológicos de alta fluidez, mas sobretudo para criarem um critério próprio que lhes permita procurar, analisar, confrontar, comparar, ordenar e criticar a crescente quantidade de informação que aumenta e se difunde incessantemente.

Neste sentido, quando falamos da construção narrativa da identidade devemos ter em conta a modificação do padrão pedagógico do educando em relação com a sociedade da informação, suas novas possibilidades e recursos identitários. Devemos também ter em conta a distinção que existe entre informação, conhecimento e sabedoria e a importância dos instrumentos que se utilizam para promovê-los.

2. Possibilidades educativas das novas formulações da identidade

O sujeito da plasticidade, não sendo nem uma essência nem uma substância, tão pouco é uma ilusão: é um sujeito multidimensional, é o resultado da resiliência, é uma realidade complexa que inclui um sujeito natural, um sujeito de representação, e um sujeito corporificado. Inclui processos mentais (sensações, percepções, recordações, crenças, inferências, volições e sentimentos), os seus e os dos demais com que se relaciona, é, em suma, um sujeito comunicacional. Essa dimensão é condição de possibilidade da sua própria individualidade, da construção da sua subjectividade. Todas essas dimensões se conjugam na construção da narrativa identitária a partir da qual o sujeito toma as suas decisões e vai realizando diferentes possibilidades. Essas decisões tomam-se em condições de risco, de incerteza, e sem informação suficiente sobre a verdadeira magnitude do risco, em condições de racionalidade incompleta, daí que as recordações, as crenças, as emoções, os sentimentos e as sensações assumam um papel central na tomada de decisões, são as próprias condições de possibilidade dessas decisões. A identidade constrói-se nesse processo que procura um equilíbrio entre emoções e pensamento num

avanço progressivo até à integração de todas as estruturas cognitivas, afectivas, volitivas na persecução da unificação do «eu». Os estudos de Damásio (1999, 2001) demonstraram que quando se toma uma decisão, não bastam somente a razão e os conhecimentos, são também necessárias as emoções para guiarem as opções que se fazem. “Para tomar boas decisões, a pessoa necessita tanto da lógica, e de conhecimentos, como da sua experiência emocional passada.” (Damásio, 2003: 375). As emoções, como o cérebro, têm uma história e é no quadro dessa história que o indivíduo constrói o seu «eu» e faz as suas opções⁶.

Ainda que pleno de incertezas, o porvir é susceptível de conhecimento prévio através da perspectiva das metas, dos projectos pessoais. Realmente os planos pessoais aspiram a ser uma história antecipada de futuro. A educação tem um papel crucial na construção dessa história, na medida em que ela pode proporcionar ao sujeito recursos para construir a sua narrativa identitária, aumentando o grau de inteligência das suas decisões, e alargando o leque de possibilidades de realização humana. O papel da educação é ajudar o sujeito na sua própria transformação, isto é, contribuir para a realização das promessas da plasticidade e da narratividade, dando ao sujeito instrumentos para empreender a autodeterminação possível (Bernal, 2005). Uma educação centrada na plasticidade e na narratividade deve ser uma educação inscrita na própria vida, na dinâmica mesma da libertação do sujeito da plasticidade e da construção da identidade narrativa, centrada na felicidade, entendida simultaneamente como realização e ampliação das nossas possibilidades, enriquecendo a invenção de si mesmo que representa a identidade pessoal.

⁶ Em investigações posteriores, Damásio (2001, 2003) faz uma distinção entre emoções e sentimentos. As emoções são acções – internas ou externas – que podem ser medidas e estudadas, são, nas palavras do autor, “públicas”. Por sua vez, os sentimentos são privados, subjectivos, são experimentados somente pelo próprio indivíduo, não são comportamentos, são pensamentos. O sentimento é uma consequência da emoção, emerge do nosso cérebro quando nos tornamos conscientes das nossas reacções emocionais perante determinadas situações. As emoções podem ser observáveis publicamente, enquanto que os sentimentos se mantêm como a experiência mental privada da emoção. Os sentimentos levam à exploração consciente dos desafios que se apresentam num momento determinado e são úteis na medida em que permitem transcender os comportamentos inatos, biologicamente programados, na elaboração de soluções que eles não contemplam. É neste campo que emerge a consciência, identificada por um “eu” que, segundo a hipótese de Damásio, pode ter emergido dos sistemas inconscientes que regulam as emoções, no momento em que o reconhecimento da relação entre um organismo e um objecto externo atingiu o nível de um sentimento do que está para ocorrer num determinado momento.

2.1. Antropologia pedagógica da complexidade

Reconhecer a complexidade do sujeito e dos processos de construção da identidade implica reconhecer tanto a riqueza e possibilidades da existência humana, a sua abertura ao novo e a sua constante capacidade de modificação e reconfiguração, como as dificuldades e limitações que tem essa mesma existência. Em termos pedagógicos, essa complexidade exige a organização de projectos educativos que, não só permitam, mas que também promovam, a problematização dos processos de construção da identidade e dos aparatos identitários que a sociedade põe à disposição dos indivíduos nos diferentes contextos históricos e sociais, reconhecendo dificuldades e limitações, em suma, que sejam um reflexo da própria complexidade humana.

Também a partir desta perspectiva antropológica se postula a organização de projectos educativos pessoais, que permitam tomar em consideração a diversidade e complexidade dos sujeitos, das suas experiências e condições vitais e contextuais. Por isso, estes projectos devem ser necessariamente diferenciais, para propiciar a busca e a construção da identidade, promovendo os recursos pedagógicos necessários, tomando em consideração a importância das variáveis cognitivas, afectivas, emocionais e sociais que configuram a identidade. Torna-se necessário elaborar estratégias pedagógicas que contemplem e reforcem os processos de personalização, insistindo na diversidade das propostas e na ênfase das variáveis afectivas e emocionais.

3. Em modo de conclusão: novas perspectivas educativas

Reconhecer o carácter narrativo da identidade e a importância dos processos de construção autónoma de si mesmo do sujeito, assim como a relevância da educação para o desenvolvimento destes processos, implica pensar de que forma pode a tarefa educativa ajudar a dotar o sujeito de mecanismos de autoconhecimento e de autoestima, de realização pessoal e de busca da felicidade. Para além do mais, pensar esta tarefa implica pensar a educação para além da mera performatividade e de uma certa ideia de eficácia que parece ter contaminado tanto o discurso pedagógico como alguns discursos políticos e mesmo científicos. Estes discursos integram o sujeito numa lógica de conservação, de imitação e de obediência, apelando à adaptação e reprodução, destruindo a curiosidade, a criatividade, fomentando a flexibilidade e utilidade mas não a autodeterminação criadora. Perante as novas conceptualizações que analisámos, propomo-nos, neste momento, apresentar algumas pistas educativas a partir da nova concepção do sujeito e da construção

da identidade. Estas pistas pretendem dar conta tanto da multidimensionalidade do sujeito e dos factores que determinam a construção das identidades como da complexidade da tarefa educativa.

3.1. Relacionar narrativa identitária com narrativa cultural

Reconhecida a importância da cultura, dos seus símbolos, textos e narrações para a formação da identidade e assumindo que a narratividade cumpre um papel essencial na configuração da identidade pessoal e na construção da história colectiva, torna-se necessário inscrever os processos educativos e os instrumentos de construção da identidade no campo mais vasto da cultura. Se a educação é um elemento cultural, simultaneamente, produto e produtor de cultura, uma das suas funções deve ser a de inscrever o indivíduo, as obras, os factos no percurso de uma grande narrativa cultural. Tanto a narrativa cultural como a narrativa pessoal são casos da construção da identidade, seja pessoal ou colectiva, por isso deve-se estimular a sua relação, promovendo a vinculação dos sujeitos à cultura e à história cultural que enquadra as narrativas pessoais. Neste sentido, trata-se não só de reconhecer a sua historicidade, mas também de enaltecer a dimensão estética da educação (Prado Coelho, 2001).

Não se trata de educar para o passado mas de educar para o devir, para o futuro possível, desde o respeito pelo indivíduo e pela sua efectiva liberdade. Tanto a história como a estética são instrumentos de interpretação do real, do passado, do presente e do futuro, do que foi e do que será. Através desses instrumentos, o sujeito pode formar a sua individualidade, construir a sua própria narrativa identitária através de uma interpretação do que o precede e de uma antecipação do que virá. Neste sentido, trata-se tanto de promover uma inteligência partilhada, como de valorizar a dimensão estética do conhecimento. Trata-se de dar ao sujeito a possibilidade de recriar ou confrontar as narrativas culturais, de alcançar, através delas, a autodeterminação possível e realizar-se enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática, através de um exercício crítico de cidadania.

3.2. Uma pedagogia da resiliência

Adaptando as palavras de Jorge Larrosa (1999) relativamente à conexão entre literatura e filosofia ao campo da educação, trata-se de questionar o óbvio e ampliar o possível, no sentido de cumprir as promessas da plasticidade e da narratividade. Ir mais além do já dito, já pensado, ampliar as possibilidades do pensar, do dizer e, logo, do ser. Ampliar as capacidades narrativas dos sujeitos e as capacidades plás-

ticas dos cérebros. Transformar o óbvio a ampliar o possível no sentido de viver de outra maneira, pensar de outra maneira e ser de outra maneira. Neste sentido, há que pensar de que forma os aparatos pedagógicos abrem possibilidades ou apenas permitem o já previsto, já pensado, já lido, já dito. Em que medida abrem espaço ao novo, a novas narrativas, novas identidades, novas configurações do «eu»? Em que medida realizam as promessas da plasticidade e respeitam a narratividade da natureza humana, promovendo a resiliência?

Para além dos preconceitos, das ideias estabelecidas, trata-se de formar sujeitos críticos e reflexivos, capazes de pensar e agir, de retirar da realidade existente elementos para construir o novo e procurar novas formas de viver e ser felizes, de procurar outras narrativas, de promover a criatividade, a invenção, a crítica, de empreender no sentido de tomar a iniciativa, de desenvolver a autonomia. Neste sentido, esta proposta enquadra-se na dimensão ética da existência humana e preocupa-se pela incorporação das mudanças e recursos da sociedade contemporânea, como recursos que permitem ampliar e configurar novas possibilidades identitárias para o sujeito. Trata-se de possibilitar e fomentar a construção de significados e de refazer a identidade pessoal, de formar sujeitos resilientes.

3.3. Uma nova orientação ética

Os seres humanos, como todos os seres vivos, dependem em grande medida do seu meio. Este meio não é um mundo objectivo, um mundo que está aí, mas sim um mundo que construímos entre todos. Existe hoje em dia uma desconfiança generalizada relativamente às ideologias, seja de que signo forem, e seus correspondentes corolários morais. A nossa longa história dá testemunho de uma imensa quantidade de atrocidades perpetradas em nome da «verdade», das “verdades” das distintas ideologias. Apelar à objectividade é o mesmo que aceitar a ilusão de que o sujeito possa perceber sem participar, por isso se disse que a objectividade é impossível (Maturana & Varela, 1990), e sob o manto da “objectividade” dilui-se a responsabilidade individual. Quiçá nunca como agora tenha sido tão premente a necessidade de uma orientação ética no ser humano, que acentue o controle interno nos indivíduos, que enfatize aqueles critérios e atitudes fundamentais que regem a acção, mais além da orientação moral, sintetizada no seu compêndio de regras e normas, de prescrições e exortações que, impostas externamente aos sujeitos, sentenciam sobre o «bom» e o «mau», acerca do «verdadeiro» e do «falso». Como manifestou Heinz von Foerster (1996), tal orientação ética corresponde a uma «cibernética de segunda ordem», na qual o observador se considera parte do observado e se

observa a si mesmo como um dos agentes que se desenvolvem no campo das suas relações interpessoais, pelo que, consequentemente, unicamente pode formular como deve pensar e actuar ele mesmo. Contrariamente, a moral pertence a uma «cibernética de primeira ordem», isto é, pressupõe um observador que considera algo objectivo desde fora, observa a realidade, o mundo, e, desde a sua suposta independência, diz aos outros como devem pensar e agir. A orientação ética a que nos referimos implica assumir a incerteza ilimitadamente, assim como renunciar ao pressuposto de que existem conhecimentos objectivos que podem orientar inequivocamente a acção, situando-se num metanível das regras e das normas, no nível da ética propriamente dita, como padrão de controle interno da acção por parte do sujeito⁷.

3.4. Celebrar a diversidade

A diversidade é uma condição básica da vida. Na diferença entre pessoas encontra-se a riqueza da condição humana. Fundamento de tal condição é o reconhecimento do direito a ter o próprio critério. As distinções entre as convicções que apresentam os seres humanos emanam das condições mesmas da sua natureza. A diversidade não é um mero «acidente», está na raiz da nossa condição. Não se trata simplesmente de tolerar a diversidade, a educação actual deve abraçar a diversidade com o entusiasmo do reconhecimento dos elementos básicos da nossa própria condição. Há que desejar a diversidade, celebrá-la, se queremos agir para aumentar as nossas possibilidades e não para reduzi-las. O novo discurso pedagógico (Fernández Enguita, 2001) assume o princípio da incerteza. Bem entendido, construir a identidade na sociedade da informação supõe distanciar-se dos ideais dominantes em cada contexto, formando a competência humana em torno à capacidade de análise. Cada vez mais, a sociedade requer, para solucionar os seus múltiplos e complexos problemas, para além da busca do maior consenso possível entre os diferentes pontos de vista, o desenvolvimento de personalidades críticas, dispostas à discussão, ao diálogo, como via permanentemente renovada para tratar de dar respostas aos intermináveis problemas que existem no nosso mundo. Um mundo que é interminavelmente multicolor, multilingue, multicultural. Toda a educação que

7 A acção ética, em qualquer caso, precisa de algum tipo de fundamentação. Esta orientação pode inferir-se do estudo das próprias condições da nossa existência, como assinala Rothaus (2004). É evidente que as teorizações sobre o problema admitem diferentes propostas, mas todas participam na ideia de que o desenvolvimento de capacidades sociais diferenciadas constituiu o passo determinante na nossa evolução como seres humanos. Sem interações sociais, não podemos conceber-nos como indivíduos, como sujeitos únicos.

não supere os velhos discursos monolíngues e monoculturais está condenada ao fracasso (Esteve, 2003). Os problemas de convivência que se suscitam sem pausa por todo a urbe precisarão de fórmulas educacionais capazes propiciar o autêntico encontro entre as culturas, entre as distintas perspectivas colectivas e individuais, não só desde o respeito à diversidade, mas mais ainda desde a sua celebração.

Bibliografia

- Bernal, Antonio (2005). Reconceptualización de la Identidad Personal y Educación para la Autodeterminación Posible. Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria, 17, 97-128.
- Bruner, Jerome (1991). Actos de significado. Más allá de la revolución cognitiva. Madrid: Alianza.
- Claxton, Guy (2001). Aprender. El reto del aprendizaje continuo. Barcelona: Paidós.
- Coelho, Eduardo P. (2001). Nos bancos da escola. J-A Jornal Arquitectos. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 5-8.
- Damásio, António (1999). The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness. New York: Harcourt Brace.
- Damásio, António (2001). O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Damásio, António (2003). Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Esteve, José M. (2003). La tercera revolución educativa. La educación en la sociedad del conocimiento. Barcelona: Paidós.
- Fernández Enguita, Mariano (2001). Educar en tiempos inciertos. Madrid: Morata.
- Fierro, Alfredo (2002). Personalidad, Persona, Acción. Un Tratado de Psicología. Madrid: Alianza.
- Foerster, Heinz von (1996). Las semillas de la cibernética. Obras escogidas. Barcelona: Gedisa.
- Husserl, Edmund (2002). Lecciones de Fenomenología de la Conciencia Interna del Tiempo. Madrid: Trotta.
- Larrosa, J. (1999). Dar a ler, dar a pensar...quem sabe. Entre Literatura e Filosofia. In KOHEN & LEAL (Ed.), Filosofia para crianças em debate (pp.119-129). Rio de Janeiro: Vozes.
- Leahey, Thomas y HARRIS, Richard (1998). Aprendizaje y Cognición. Madrid: Prentice Hall.
- Malabou, Catherine (2004). Que Faire de Notre Cerveau? Paris: Bayard.
- Marina, José A. (2004). Aprender a vivir. Barcelona: Ariel.
- Markus, Hazel y RUVOLO, A. (1989). Possible Selves: Personalized Representation of Goals. In L.A. PERVIN, (Ed.) Goal concepts in personality and social psychology (pp. 211-241). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Maturana, Humberto, LÓPEZ, Miguel, PÉREZ, Ángel y SANTOS, Miguel (2003). Conversando con Maturana de Educación. Málaga: Ediciones Aljibe.

- Maturana, Humberto y VARELA, Francisco (1990). El árbol del conocimiento. Madrid: Debate.
- Morin, Edgar (2001). La mente bien ordenada. Barcelona: Seix Barral.
- Nunes, Rosa (2002). E a escola?. Educação, Sociedade e Culturas, 18, 67-86.
- Pizarro de Zulliger, Beatriz (2003). Neurociencia y Educación. Madrid: La Muralla.
- Popkewitz, Thomas (1994). História do currículo, regulação social e poder. In T.T. SILVA, (Org.). O Sujeito da Educação (pp. 195-210). Petrópolis: Vozes.
- Rotthaus, Wilhelm (2004). ¿Para qué educar? Esbozo de una educación sistémica en un mundo cambiado. Barcelona: Herder.
- Sanfélix, Vicente (1997). Las Identidades del Sujeto. Valencia: Pre-Textos.
- Savater, Fernando (2004) La libertad como destino. Sevilla: Fundación José Manuel Lara.

Résumé

Les nouvelles ressources de la société de l'information et les nouvelles connaissances sur le développement humaine et le fonctionnement du cerveau offrent une nouvelle perspective sur les processus d'autoformation et d'autodétermination du sujet. La construction narrative de l'identité et la plasticité neuronale demandent une anthropologie de la complexité qui doit considérer les conditions de risque, d'incertitude et de rationalité incomplète dans lesquelles l'identité du sujet se configure, aussi que des nouvelles possibilités de réalisation personnelle qu'elles représentent. En suivant ces nouvelles perspectives on présentent quelques proposes pédagogiques qui peut coadjuver la réalisation des promesses de la plasticité et de la narrativité.

Abstract

The information society resources, together with the new knowledge about human development and brain functioning, offer a new overview on identity formation processes. Moreover, they open new possibilities concerning the subject's autoformation and autodetermination. Narrative identity and neuronal plasticity appeal to anthropology of complexity, which must take into account the risks, uncertainty and incomplete rationality conditions trough which identity is configured, as well as the new possibilities of personal fulfilment they represent. Following this new perspective, we present some pedagogical proposals that we think may contribute to the accomplishment of narrative and plasticity promises.